

TCE-SP

Cargo -

Auditor de Controle Externo -Administração



TCE SP - Tribunal de Contas do Estado de São Paulo





CONHECIMENTOS GERAIS

PORTUGUÊS

- 1 Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários).
- 2 Sinônimos e antônimos.
- 3 Sentido próprio e figurado das palavras.
- 4 Pontuação.
- 5 Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem.
- 6 Concordância verbal e nominal.
- 7 Regência verbal e nominal.
- 8 Colocação pronominal.
- 9 Crase.

RACIOCÍNIO LÓGICO

- 1 Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios.
- 2 Dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.
- 3 Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: 3.1 raciocínio verbal;
- 3.2 raciocínio matemático (que envolva, dentre outros, conjuntos numéricos operações, propriedades, problemas envolvendo as quatro operações nas formas fracionária e decimal, razão e proporção, regra de três simples e composta, unidades de medida, porcentagem);
- 3.3 raciocínio sequencial;
- 3.4 orientação espacial e temporal; 3.5 formação de conceitos; 3.6 discriminação de elementos.
- 4 Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.



INFORMÁTICA

- 1 MS-Office 365: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos MS-Office 365.
- 2 MS-Office 365 Word: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto.
- 3 MS-Office 365 Excel: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação de dados.
- 4 Correio Eletrônico: uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos.
- 5 Internet: Navegação na internet, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas.
- 6 Conceito da plataforma Microsoft Teams e suas funcionalidades integradas, como reuniões online com recursos de videoconferência, agendamento de compromissos e eventos, e chats.
- 7 Conceitos básicos de segurança da informação, abrangendo os princípios de confidencialidade, integridade e disponibilidade.
- 8 Conceitos básicos de inteligência artificial generativa, como ferramenta para otimizar o trabalho.

CONTROLE EXTERNO

- 1 Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS). 1.1 Declaração de Lima.
- 1.2 Declaração do México Independência das EFS (ISSAI 10).
- 1.3 Princípios de Transparência e Accountability (ISSAI 20).
- 2 Sistemas de Controle na Administração Pública Brasileira (artigos 70 a 74 da Constituição Federal).
- 2.1 Tribunais de Contas: funções, natureza jurídica e eficácia das decisões.
- 3 Tribunal de Contas do Estado de São Paulo: Lei Orgânica nº 709/1993,



Regimento Interno do TCESP (alterado até a Resolução nº 17/2024), Instruções nº 01/2024.

Código de Ética do TCESP (Resolução nº 08/2021).

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1.1 Princípios fundamentais.
- 2 Aplicabilidade das normas constitucionais. 2.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada.
- 2.2 Normas programáticas.
- 3 Direitos e garantias fundamentais. 3.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos.
- 4 Organização político-administrativa do Estado. 4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.
- 5 Administração Pública. 5.1 Disposições gerais, servidores públicos.
- 6 Poder executivo. 6.1 Atribuições e responsabilidades do Chefe do Poder Executivo.
- 7 Poder legislativo. 7.1 Estrutura. 7.2 Funcionamento e atribuições.
- 7.3 Processo legislativo.
- 7.4 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.
- 7.5 Comissões parlamentares de inquérito.
- 8 Poder judiciário. 8.1 Disposições gerais. 8.2 Órgãos do poder judiciário. 8.2.1 Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça. 8.2.1.1 Composição e competências.
- 9 Funções essenciais à justiça. 9.1 Ministério Público e Advocacia Pública.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 1 Estado, governo e Administração Pública. 1.1 Conceitos. 1.2 Elementos.
- 2 Direito administrativo. 2.1 Conceito. 2.2 Objeto. 2.3 Fontes.
- 3 Ato administrativo. 3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 3.2 Extinção do ato administrativo: cassação, anulação, revogação e convalidação. 3.3 Decadência administrativa
- 4 Agentes públicos. 4.1.1 Conceito. 4.1.2 Espécies. 4.1.3 Cargo, emprego e função pública.
- 4.1.4 Provimento. 4.1.5 Vacância. 4.1.6 Efetividade, estabilidade e vitaliciedade. 4.1.7 Remuneração. 4.1.8 Direitos e deveres. 4.1.9 Responsabilidade.
- 4.1.10 Processo administrativo disciplinar.
- 5 Poderes da Administração Pública. 5.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 5.2 Uso e abuso do poder.
- 6 Regime jurídico-administrativo. 6.1 Conceito. 6.2 Princípios expressos e implícitos da Administração Pública.
- 7 Responsabilidade civil do Estado. 7.1 Evolução histórica. 7.2 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. 7.3 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. 7.4 Reparação do dano. 7.5 Direito de regresso.
- 8 Serviços públicos. 8.1 Conceito. 8.2 Elementos constitutivos. 8.3 Formas de prestação e meios de execução. 8.4 Delegação: concessão, permissão e autorização. 8.5 Classificação. 8.6 Princípios.
- 9 Organização administrativa. 9.1 Centralização, descentralização, concentração e desconcentração. 9.2 Administração direta e indireta. 9.3 Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- 9.4 Entidades paraestatais e terceiro setor: serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público.
- 10 Controle da Administração Pública. 10.1 Controle exercido pela Administração Pública. 10.2 Controle judicial. 10.3 Controle legislativo. 10.4 Controle Social.



11 Legislação: Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo (Lei Estadual nº 10.261/1968);

Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992);

Licitações e Lei de Licitações e Contratos (Lei Federal nº 14.133/2021);

Regime de Concessão e Permissão de Serviços Públicos (Lei Federal nº 8.987/1995);

Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual (Lei Estadual nº 10.177/1998);

Regime das Contratações com as Organizações Sociais (Lei Federal nº 9.637/1998);

Regime das Contratações com as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Lei Federal nº 9.790/1999);

Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101/2000);

Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011);

Lei Anticorrupção (Lei Federal nº 12.846/2013);

Regime das Parcerias com as Organizações da Sociedade Civil (Lei Federal nº 13.019/2014).

AVALIAÇÃO ECONÔMICA DE PROJETOS E ATIVOS

- 1 Conceito de projeto de investimento.
- 2 Etapas na elaboração de projetos.
- 3 Avaliação de ativos.
- 4 Abordagens para avaliação.
- 5 Métodos de avaliação.
- 6 Taxa interna de retorno.
- 7 Taxas de desconto.
- 8 Elaboração de premissas.
- 9 Custo do capital próprio.
- 10 Custo médio ponderado de capital.
- 11 Prêmio de risco do mercado.
- 12 Alavancagem financeira.
- 13 Fluxo de caixa.
- 14 Modelos de fluxos de caixa descontados.
- 15 Análise dos demonstrativos financeiros.



- 16 Análise de balanços.
- 17 Custos e despesas operacionais.
- 18 Depreciação.
- 19 Amortização.
- 20 Reinvestimentos.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

- 1 Regra de três simples e composta, proporcionalidades e porcentagens.
- 2 Juros simples e compostos.
- 3 Capitalização e desconto.
- 4 Taxas de juros nominal, efetiva, equivalente, real e aparente.
- 5 Rendas uniformes e variáveis.
- 6 Planos de amortização de empréstimos e financiamentos.
- 6.1 Sistema francês (tabela Price).
- 6.2 Sistema de Amortização Constante (SAC).
- 6.3 Sistema de Amortização Misto (SAM).
- 7 Cálculo financeiro. 7.1 Custo real e efetivo das operações de financiamento, empréstimo e investimento.
- 8 Avaliação de alternativas de investimento em economia estável e em ambiente inflacionário.
- 9 Avaliação econômica de projetos. 10 Taxas de retorno e taxas internas de retorno.

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

- 1 NBC TSP do Setor Público: Estrutura Conceitual estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público.
- 1.1 Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG): objetivos e usuários; prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão; a continuidade das entidades do setor público; situação patrimonial, desempenho e fluxos de caixa; Regime de Competência e Regime de Caixa.
- 1.2 Características qualitativas da informação: características qualitativas fundamentais; características qualitativas de melhoria.



- 1.3 Características da entidade que reporta a informação contábil.
- 1.4 Elementos das Demonstrações Contábeis: propósito e definições de ativos e passivos, receitas e despesas; superávit ou déficit do exercício.
- 1.5 Reconhecimento e mensuração nas demonstrações contábeis: evidenciação, reconhecimento e desreconhecimento; bases de mensuração para ativos e passivo.
- 2 Estrutura e apresentação das Demonstrações Contábeis do Setor Público.
- 2.1 Definições, finalidade, componentes, estrutura e conteúdo das demonstrações: de acordo com a Lei 4320/1964; de acordo com a NBC T SP 11; de acordo com o MCASP.
- 3 Plano de Contas aplicado ao Setor Público.
- 3.1 Conceito de contas patrimoniais e de resultado.
- 3.2 Função e estrutura das contas.
- 3.3 Escrituração: débito, crédito, saldo, sistema de partidas dobradas.
- 4 Tópicos selecionados da Lei Complementar nº 101/2000.
- 4.1 Conceitos de dívida pública e restos a pagar, escrituração e consolidação das contas.
- 4.2 Relatório resumido da execução orçamentária: estrutura, composição.
- 4.3 Relatório de gestão fiscal: estrutura, composição.
- 5 Tópicos especiais da contabilidade aplicada ao setor público.
- 5.1 Procedimentos Contábeis Orçamentários (Regime orçamentário e Regime Contábil ou patrimonial (MCASP).
- 5.2 Procedimentos Contábeis Patrimoniais conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).
- 5.3 Restos a pagar, empenho, liquidação e pagamento (Lei 4.320/1964 e MCASP).
- 5.4 Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis (NBC TSP 13).
- 5.5 Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS).
- 5.6 de Informações de Custos no Setor Público: NBC T 16.11 Sistema de Informação de Custos do Setor Público.
- 5.7 Manual de Informações de Custos do Governo Federal, aprovado pela Portaria STN nº 518/2018.
- 6 Trabalho de asseguração (NBC TA Noções Estrutura Conceitual Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração).



ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

- 1 Funções do Governo. 1.1 Falhas de mercado e produção de bens públicos.
- 1.2 Políticas econômicas governamentais (alocativa, distributiva e estabilizadora).
- 1.3 Federalismo Fiscal.
- 2 Orçamento público: conceitos e princípios. 2.1 Evolução conceitual do orçamento público.
- 2.2 Orçamento-Programa: fundamentos e técnicas.
- 3 Orçamento público no Brasil: Títulos I, IV, V e VI da Lei nº 4.320/1964.
- 3.1 Orçamento na Constituição de 1988: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA).
- 3.2 Leis de Créditos Adicionais.
- 3.3 Emendas parlamentares ao Orçamento.
- 4 Plano Plurianual (PPA): estrutura, base legal, objetivos, conteúdo, tipos de programas.
- 5 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): objetivos, estrutura, base legal e conteúdo, Anexos de Metas Fiscais, Anexos de Riscos Fiscais, critérios para limitação de empenho.
- 6 Classificações orçamentárias. 6.1 Classificação da despesa pública: institucional, funcional, programática, segundo o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP).
- 6.2 Classificação da receita pública: institucional, por categorias econômicas, por fontes, segundo o MCASP.
- 7 Ciclo orçamentário: elaboração da proposta, discussão, votação e aprovação da lei de orçamento.
- 7.1 Execução orçamentária e financeira: estágios e execução da despesa pública e da receita pública.
- 7.2 Programação de desembolso e mecanismos retificadores do orçamento.
- 8 Lei Complementar nº 101/2000: princípios, conceitos, planejamento, renúncia de receitas, geração de despesas, transferências voluntárias, destinação de recursos para o setor privado, transparência da gestão fiscal, prestação de contas e fiscalização da gestão fiscal.
- 9. Créditos adicionais.
- 10. Restos a pagar.
- 11. Despesas de Exercícios Anteriores.
- 12. Regime de adiantamento.



ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 1 Administração Pública do modelo racional-legal ao paradigma pós burocrático.
- 2 Políticas públicas. O ciclo das políticas públicas (construção de agenda, formulação da política, processo decisório, implementação e avaliação).
- 3 Processos participativos de gestão pública: conselhos de gestão, orçamento participativo, parceria entre governo e sociedade.
- 4 Planejamento nas organizações públicas. O ciclo do planejamento (análise do ambiente, objetivos estratégicos, missão, visão, valores).
- 5 Governo eletrônico. Transparência da administração pública. Controle social e cidadania. Accountability .
- 6 Gestão de Pessoas por Competências.
- 7 Mudanças institucionais. Conselhos, Organizações Sociais, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), agência reguladora, agência executiva, consórcios públicos. 8 Gestão por resultados na produção de serviços públicos.
- 9 Governabilidade e governança.
- 9.1 Intermediação de interesses (clientelismo, corporativismo e neocorporativismo).
- 9.2 Princípios de governança pública.
- 10 As políticas públicas no Estado brasileiro contemporâneo. 10.1 Descentralização e democracia.
- 10.2 Participação, atores sociais e controle social.
- 10.3 Gestão local, cidadania e equidade social.
- 10.4 Corrupção e políticas públicas: fatores que influenciam a incidência de corrupção e fatores que promovem a qualidade das políticas públicas.
- 11 O ciclo do planejamento em organizações (PDCA).
- 12 Referencial Estratégico das Organizações. 12.1 Análise de ambiente interno e externo.
- 12.2 Ferramentas de análise de ambiente: análise SWOT, análise de cenários, matriz GUT.
- 12.3 Negócio, missão, visão de futuro, valores.
- 13 Indicadores de desempenho. 13.1 Tipos de indicadores. 13.2 Variáveis componentes dos indicadores.



OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

- 1 Definições de Obras e Serviços de Engenharia na Nova Lei de Licitações.
- 2 Diferenciação entre Obras e Serviços, Classificação dos Serviços e Obras.
- 3 Adequação com as Peças de Planejamento Orçamentário.
- 4 Estudo Técnico Preliminar.
- 5 Regimes de Execução.
- 6 Licenciamento Ambiental.
- 7 Desapropriações.
- 8 Matriz de Riscos.
- 9 Contrato de Eficiência.
- 10 Contratação com Remuneração Variável.
- 11 Sistema de Registro de Preços para Obras e Serviços de Engenharia.
- 12 Termo de Referência, Anteprojeto, Projeto Básico e Projeto Executivo.
- 13 BIM Building Information Modelling.
- 14 Orçamento.
- 15 Análise das Propostas de Preços de Obras e Serviços de Engenharia.
- 16 Exigências de Qualificação Técnica.
- 17 Visita Técnica.
- 18 Alteração dos Contratos e dos Preços.
- 19 Reajuste e Revisão ou Reequilíbrio Econômico-Financeiro em Obras e Serviços de Engenharia.
- 20 Acompanhamento da Execução Contratual.
- 21 Gerenciamento dos Resíduos da Construção Civil; Plano Nacional de Resíduos Sólidos
- Planares; Plano de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo; Resolução Conama nº 307/2002; Elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC); Transporte e Destinação de Resíduos, MTR e SIGOR Módulo Construção Civil.
- 22 Recebimento do Objeto do Contrato.
- 23 Garantia Quinquenal.
- 24 Responsabilidade do Projetista.
- 25 Controle de Desempenho das Obras Segundo Normativos Técnicos (segundo Manual de Obras e Serviços de Engenharia do TCESP Aspectos Técnicos 2024).



CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!